



ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 2017 A 2023

ANALYSIS OF INCOME INEQUALITY IN BRAZIL DURING THE PERIOD FROM 2017 TO 2023

Recebido em 11.07.2025 Aprovado em 10.10.2025

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.32888/hwf4956>

Raphael de Jesus Santos

raphaelsantos585@gmail.com

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas /Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Feira de Santana/Bahia, Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-1422-043X>

Leandro Batista Duarte

lbduarte@uefs.br

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Feira de Santana/Bahia, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4968-5368>

Verônica Ferreira Silva dos Santos

vfssantos@uefs.br

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) – Feira de Santana/Bahia, Brasil

<https://orcid.org/0009-0006-3299-9156>

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de renda no Brasil no período antes, durante e pós-pandemia, especificamente entre 2017 a 2023. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica especializada e a análise dos dados da PNAD Contínua pela plataforma SIDRA, com o intuito de elaborar estatísticas descritivas sobre a distribuição de renda e o Índice de Gini. Os resultados evidenciaram que a pandemia exacerbou significativamente as disparidades de renda e aprofundou as desigualdades sociais no país, além de evidenciar a importância das políticas públicas como a do auxílio emergencial para a população mais desigual.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. Covid-19. Índice de Gini. Política Pública.

Abstract

This study aims to analyze income inequality in Brazil before, during, and after the pandemic, specifically between 2017 and 2023. The methodology adopted included a specialized literature review and analysis of PNAD Contínua data through the SIDRA platform, with the aim of producing descriptive statistics on income distribution and the Gini Index. The results showed that the pandemic significantly exacerbated income disparities and deepened social inequalities in the country, in addition to highlighting the importance of public policies such as emergency aid for the most unequal population.

Keywords: Income inequality; Covid-19; Gini Index; Public Policy.

Introdução

A economia brasileira no século XXI tem sido caracterizada por oscilações, alternando entre períodos de expansão e crises. Entre 2003 e 2010, o país experimentou uma fase de crescimento econômico impulsionada por diversos fatores, como a valorização das *commodities* no mercado internacional, o aumento dos investimentos em infraestrutura e a expansão do consumo interno. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento de 7,5% em 2010, a maior taxa desde 1986 (BBC, 2011).

A partir de 2011, a economia brasileira começou a perder fôlego, afetada por uma série de fatores que incluíam os impactos da crise financeira global de 2008, a perda de competitividade, o desequilíbrio das contas públicas e a retração dos investimentos. Em 2015, essa desaceleração culminou em uma queda expressiva do PIB, que recuou 3,8%, o pior desempenho em mais de 25 anos (IBGE, 2020). Esse período foi também marcado por forte instabilidade política, que teve seu ápice com o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

A operação "Lava Jato", iniciada em 2014, desvendou um esquema massivo de corrupção envolvendo políticos e grandes empresas, com destaque para a Petrobras. As investigações criaram um clima de instabilidade e desconfiança política, expondo a corrupção endêmica que afetava as instituições brasileiras. Diversos partidos e figuras de destaque foram atingidos pelas denúncias, o que gerou desgaste significativo à imagem do governo Dilma e aumentou a pressão por sua destituição. Como bem observado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Lava Jato expôs "a corrupção sistemática que corroía a política brasileira, comprometendo a confiança na classe política e minando a governabilidade" (IPEA, 2023).

A crise política interna se intensificou à medida que a instabilidade se alastrou no Congresso Nacional, onde se formou uma forte oposição que buscava o *impeachment* da presidente. As denúncias de corrupção, somadas à perda de apoio no Congresso, dificultaram a aprovação de medidas essenciais para enfrentar a crise econômica. A polarização política aprofundou as divisões entre as forças em disputa, paralisando o processo legislativo e dificultando a busca de soluções para a crise. Conforme destacou o Departamento de Economia da USP, "a crise política, alimentada pela Lava Jato, aumentou a instabilidade e a incerteza, comprometendo a capacidade do governo de estimular a economia e recuperar a confiança dos investidores" (USP, 2016).

Em 2019, apesar dos esforços para promover uma recuperação econômica, o crescimento do país foi tímido, demonstrando uma dependência significativa das políticas sociais como um mecanismo de mitigação dos efeitos da crise. De acordo com o IBGE (2020), o PIB do Brasil cresceu apenas 1,1% em 2019, o que reflete as dificuldades do país em retomar um ciclo econômico considerável. A fragilidade econômica, decorrente da crise fiscal e dos baixos investimentos públicos, exigiu que o governo utilizasse as políticas sociais como uma "rede de segurança" para proteger a população mais vulnerável, como foi o caso do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada¹ (BPC) (IPEA, 2023). Esses programas desempenharam papel fundamental na redução das desigualdades, servindo como uma espécie de "colchão de amortecimento" para evitar um *colapso* social mais acentuado.

Com a chegada da pandemia da Covid-19, em 2020, as desigualdades existentes foram ampliadas, expondo ainda mais as fragilidades do sistema de proteção social. De acordo com a Oxfam Brasil, a crise sanitária afetou principalmente as populações mais vulneráveis, ressaltando a necessidade de ações imediatas para reforçar a proteção social desses grupos (OXFAM Brasil, 2020). Os esforços governamentais foram redobrados para conter a crise sanitária e seus efeitos econômicos e sociais. Medidas emergenciais, como o Auxílio Emergencial, foram implementadas com o objetivo de preservar o poder de compra da população mais afetada pela crise, especialmente trabalhadores informais, microempreendedores e autônomos. De acordo com o Ministério da Cidadania (2022), cerca de 45 milhões de brasileiros foram atendidos pelo programa, o que destaca a importância dessa intervenção em um momento de vulnerabilidade extrema.

Esses esforços podem ser justificados pela necessidade de estabilização social e econômica em um cenário de crise múltipla. A aplicação de políticas de transferência de renda e proteção social visava, além de amparar as

¹ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

camadas mais vulneráveis da população, sustentar a demanda interna, uma vez que o consumo das famílias representa uma parcela significativa do PIB brasileiro. De fato, estudos do IPEA (2023) apontaram que, sem essas intervenções, o impacto da pandemia sobre o desemprego e a pobreza teriam sido ainda mais severos. Portanto, a implementação dessas políticas públicas foi estratégica, não apenas do ponto de vista social, mas também econômico, buscando evitar um agravamento da crise e facilitar a retomada da economia no pós-pandemia.

Dados da PNAD Contínua, divulgados em 2023, revelaram que o Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* caiu para aproximadamente 0,524 em 2020, uma redução de 3,68% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, o PIB apresentou uma queda de 3,3%. O Índice de Gini, uma medida que quantifica a desigualdade de renda em uma sociedade, varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, maior a desigualdade.

Antes da pandemia, os dados já indicavam que o Brasil precisava de uma atuação mais eficiente na redução das desigualdades. Entre 2017 e 2019, o PIB apresentou crescimento anual médio de cerca de 1%, um desempenho modesto, especialmente considerando o cenário pós-crise de 2015. Paralelamente, o Índice de Gini, que subiu de 0,539 em 2017 para 0,543 em 2019, indicou um aumento da desigualdade. De acordo com dados do IBGE divulgados pelo jornal *O Globo* (2022), "o Brasil ocupa a nona posição entre os países mais desiguais do mundo, conforme dados do IBGE". Esses números mostram que, tanto o crescimento econômico quanto a distribuição de renda, foram insuficientes para reduzir as disparidades, sobretudo nas regiões mais pobres do país.

A desigualdade social, que já era expressiva antes da pandemia, tornou-se ainda mais acentuada com a crise sanitária, cujos impactos foram especialmente severos nas regiões mais pobres do Brasil, em particular no Norte e no Nordeste. Nessas localidades, a precariedade da infraestrutura de saúde, somada à forte dependência do trabalho informal, favoreceu a propagação do vírus e levou a uma queda significativa na renda da população, ampliando ainda mais a pobreza e as desigualdades.

Dados do Banco Mundial (2021) indicaram que, em novembro de 2020, aproximadamente 1,4 milhão de crianças das regiões Norte e Nordeste estavam sem acesso a qualquer tipo de atividade escolar, seja presencial ou remota, evidenciando os efeitos desproporcionais da pandemia sobre essas regiões. Além disso, um estudo do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia) apontou que, ao longo da pandemia, 98% dos municípios da Região Norte permaneceram entre os que apresentavam as piores condições de desigualdade social em saúde, sem grandes avanços mesmo com o passar do tempo (Cidacs, 2022). Esses números mostram como a crise sanitária agravou disparidades já existentes, afetando de forma mais intensa as áreas historicamente vulneráveis do país.

Ao analisar o período entre o cenário pré-pandemia e o ano de 2023, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da pandemia, observou-se que a desigualdade de renda não apresentou uma mudança significativa em relação ao período anterior. O Índice de Gini caiu de 0,544 em 2021, quando a taxa de desemprego anual atingiu 13,2%, para 0,518 em 2022, ano em que a taxa de desemprego caiu para 9,3%, o menor patamar desde 2015. Essa melhoria no emprego contribuiu para a redução do Índice de Gini, que alcançou seu menor nível desde o início da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

Diante desse cenário, é fundamental analisar a desigualdade de renda no Brasil, uma vez que, é um problema complexo e multifacetado que demanda análise aprofundada. É fundamental considerar a distribuição de renda, os fatores que a influenciam, as consequências e as possíveis soluções. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é analisar os níveis de desigualdade de renda no Brasil durante o período de 2017 a 2023, comparando-os com a situação pré-pandêmica, durante e pós pandemia. A pesquisa se fundamenta em uma revisão da literatura especializada sobre o tema e na utilização dos dados agregados da PNAD Contínua/SIDRA para a elaboração de estatísticas descritivas. Além desta introdução e das considerações finais, o estudo está estruturado em mais três seções: revisão bibliográfica, metodologia e análise dos resultados.

Revisão de Literatura

Papel e importância dos indicadores de desigualdade

É possível observar que até a crise iniciada em 2015, houve uma tendência de queda da desigualdade de renda mensurada pelo índice de Gini. Essa queda foi atribuída aos efeitos das políticas públicas sociais e de renda, bem como ao comportamento favorável do mercado de trabalho. No entanto, a partir de 2015, ocorreu uma reversão nessa tendência, dado que o índice de Gini para o rendimento domiciliar *per capita* começou a crescer, indicando um aumento da concentração de renda. Isso demonstra que a desigualdade voltou a se agravar no país, ocorrendo até mesmo antes da pandemia.

De acordo com os dados encontrados por Trovão (2020), as políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC-LOAS), desempenharam um papel relevante na redução da desigualdade de renda no período anterior à crise. No entanto, essas políticas se mostraram insuficientes para conter a reversão recente da concentração de renda. Dessa maneira, o autor concluiu que a pandemia da COVID-19 e a crise revelaram ainda mais os problemas e desafios perante a desigualdade no país, como também as necessidades emergenciais. Assim, as novas políticas públicas tinham como objetivo amenizar as consequências da pandemia e da crise causada por ela.

A desigualdade no Brasil é fortemente marcada pela presença da pobreza, que se manifesta de forma notável no aspecto econômico. Segundo Trovão (2020), a disparidade econômica regional desempenha um papel relevante e é influenciada por fatores históricos, como a predominância das elites na distribuição desigual da renda ao longo do tempo. Além disso, as diferentes estruturas regionais têm um impacto significativo, com algumas regiões recebendo investimentos de certa forma privilegiados e acabam tendo infraestruturas melhores. Essa concentração polarizada no mercado de trabalho beneficia estados que se enquadram no modelo de acumulação e recebem investimentos em diversos setores, deixando mais evidente o nível de distribuição de renda regional (Souza, 2018).

De acordo com os resultados da Síntese de Indicadores Sociais (2017) do IBGE, a proporção de pessoas pobres no Brasil teve um simples aumento de 25,6% em 2016 para 26,5% em 2017. Isso significa que aproximadamente 54,8 milhões de pessoas viviam com rendimento de até US\$ 5,5 por dia. Além disso, o número de pessoas em extrema pobreza com rendimento de até US\$ 1,30 por dia atingiu a marca de 15,2 milhões. No entanto, a complexidade da desigualdade de renda vai além desses números, exigindo uma análise desagregada por gênero, raça e região. As disparidades regionais são determinadas pela organização do mercado de trabalho, pelo modelo de acumulação de capital, pela disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos, bem como pelo papel do Estado no financiamento da produção. A desigualdade de renda não se restringe apenas na produtividade do trabalho e não é naturalmente justificada pelas aptidões individuais (Arrais, 2019).

A análise da desigualdade tem sido amplamente conduzida por meio da interpretação de quatro medidas tradicionais: o coeficiente de Gini, o índice de Theil, a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, e a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres. O coeficiente de Gini e o índice de Theil são indicadores consolidados na literatura, utilizados para mensurar o grau de desigualdade de renda em uma determinada realidade ou população. O índice de Theil, especificamente, é uma medida baseada na teoria da informação, que permite decompor a desigualdade em diferentes grupos populacionais, oferecendo uma visão mais detalhada da distribuição da renda dentro de subgrupos (Barros; Henriques; Mendonça, 2001).

Além desses indicadores, as razões entre as rendas médias de diferentes estratos populacionais também fornecem uma visão clara das disparidades econômicas. A razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres destaca a concentração de renda no topo da pirâmide social, sendo uma ferramenta eficaz para demonstrar a exclusão econômica das camadas mais vulneráveis. Da mesma forma, a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres revela a disparidade entre os extremos da distribuição de renda, enfatizando a magnitude da desigualdade dentro de uma sociedade (Barros; Henriques; Mendonça, 2001). Ambas as razões são amplamente utilizadas para discutir justiça social em termos econômicos, permitindo inferir que quanto maior for a disparidade entre as rendas dos mais ricos e dos mais pobres, menos justa será considerada a sociedade.

Essas medidas, ao focarem na concentração de renda e nos contrastes extremos entre diferentes grupos, fornecem uma abordagem quantitativa robusta para avaliar a equidade econômica e social. Assim, elas são fundamentais para fundamentar políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades e a promoção de uma distribuição de renda mais justa.

Estudos empíricos sobre a desigualdade de renda no Brasil

A desigualdade de renda é um grande desafio que o Brasil enfrenta na sua história econômica e social. É um problema que vem de fatores históricos, regionais e institucionais, que ajudam a manter as diferenças no acesso à renda e às oportunidades. Vários estudos tentam medir e explicar isso e sugerem soluções, principalmente através de mudanças no mercado de trabalho, políticas públicas de transferência de renda e alterações na demografia como o trabalho de Souza (2018) que aponta que mesmo com uma queda na desigualdade entre 2001 e 2014, o Brasil, ainda tem uma das maiores concentrações de riqueza do mundo, especialmente quando olha para dados além das pesquisas tradicionais. Isso mostra a necessidade de se usar diferentes fontes de informação e métodos de análise para entender melhor a desigualdade no país. Outros estudos mais antigos discutiram a desigualdade de renda no Brasil sob vários ângulos regionais, históricos e outros para ajudar a entender melhor os fatores e as mudanças desse problema nas últimas décadas.

Dessa forma, Pereira e Porto Júnior (2001) realizaram estimativas de desigualdades regionais e entre Estados no Brasil estimando os seguintes indicadores: Coeficiente de Variação, Coeficiente de Gini; Índice de Theil e de Williamson. Em seguida aplicaram um modelo recursivo de análise de séries de tempo para fazer previsão baseado no uso do Algoritmo de Filtro de Kalman. Nos resultados, apontou-se uma tendência de persistência de desigualdades regionais na distribuição da renda *per capita* no Brasil para o período de 1998- 2003.

Barros, Foguel e Ulyssea (2006) reuniram estudos voltados para estimar a magnitude da queda recente na desigualdade e suas consequências sobre as condições de vida da população mais pobre; e aqueles cujo objetivo foi identificar os principais fatores determinantes por trás desse movimento. Dessa forma, analisaram, em detalhes, as transformações por que passaram os diversos tipos de transferências governamentais, principalmente as pensões e as aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). A análise foi centrada nos papéis desempenhados pela discriminação de gênero e de cor, bem como por três tipos de segmentação: setorial, formal-informal e espacial.

Soares (2006) documentou a evolução da desigualdade no Brasil e decompondo a queda na desigualdade para apontar os fenômenos responsáveis por tal fato. Com relação ao primeiro objetivo, o trabalho mostrou que o ano de 2004 foi o que apresentou menor desigualdade de renda no período 1976-2004 para quatro medidas: Theil T, Gini, razão 10/40 e razão 20/20. O autor concluiu ainda que programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, foram responsáveis por um quarto ($\frac{1}{4}$) da queda da desigualdade entre 1995 e 2004, sendo que os outros três quartos ($\frac{3}{4}$) foram atribuíveis à redução na desigualdade nos rendimentos do trabalho.

Hoffman (2009) usaram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 para analisar a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, verificando como o rendimento do trabalho (de militares e funcionários públicos, de outros empregados, dos conta-própria e dos empregadores), as aposentadorias e pensões, o rendimento de alugueis e outras parcelas do rendimento afetam a desigualdade de renda no Brasil. Foi analisada também a contribuição dessas parcelas para a redução do índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* (RDP) no Brasil entre 2001 e 2007. Verificou-se que quase 50% desta redução no índice de Gini estava associada a modificações no rendimento dos salários no setor privado. Outra conclusão foi a de que as aposentadorias e pensões oficiais são regressivas, ainda que as alterações ocorridas nos últimos anos tenham contribuído para a redução do índice de Gini.

Barros *et al*, (2010) investigaram a contribuição dos fatores determinantes para a queda na pobreza e na extrema pobreza para o período 2003-2007. Os resultados obtidos demonstraram que as melhorias na distribuição de renda derivada do trabalho por trabalhador e na renda não derivada do trabalho foram os principais fatores responsáveis. As mudanças demográficas, que foram mais favoráveis para os mais pobres, também se destacaram quando analisaram a redução na pobreza. Em segundo lugar, investigaram em que medida os graus de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho declinaram ao longo dos últimos anos, e quantificaram suas contribuições para a recente redução do grau de desigualdade em renda do trabalho e em renda *per capita* no

país. Os resultados revelaram que, em conjunto, a redução nas diversas formas de discriminação e segmentação investigadas explica 19% da queda na desigualdade em remuneração do trabalho e 9% da queda em renda *per capita*.

Dentre os estudos mais recentes, têm-se o de Almeida (2019) que analisou a evolução da distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2017, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O estudo investigou como as diferenças metodológicas entre a PNAD tradicional e a PNAD Contínua afetaram os resultados da análise da distribuição da renda domiciliar *per capita* e da distribuição do rendimento do trabalho. Além disso, estimaram equações de rendimentos para os anos de 2012 a 2017 e analisaram os efeitos das características dos trabalhadores, como educação, idade, gênero, cor, setor de atividade e região, sobre os rendimentos do trabalho. Constatou-se que, tanto para a distribuição da renda domiciliar *per capita* como para a distribuição do rendimento do trabalho, a PNAD Contínua capta mais a desigualdade de renda do que a PNAD tradicional. O estudo mostrou como a crise econômica, a partir de 2014, afetou a distribuição da renda no país.

Hoffman (2020) analisou a distribuição da renda no Brasil de 1995 a 2019 com base nos dados da PNAD. Considerou-se a distribuição da renda domiciliar *per capita*, a distribuição do rendimento do trabalho entre pessoas ocupadas e a distribuição do rendimento do trabalho entre pessoas economicamente ativas, argumentando que esta última é a mais apropriada se o foco da análise é o mercado de trabalho. A análise da distribuição da renda domiciliar *per capita* de 1995 a 2019 mostrou substancial redução da pobreza e da desigualdade até 2014. Infelizmente, no período 2014-2019 ocorreu inversão no sentido dessas mudanças, perdendo-se cerca de 1/3 da redução da desigualdade e 1/4 da redução da pobreza conquistada no período anterior. Mostrou-se que, em uma situação de crise como a que ocorreu no Brasil a partir de 2015, a análise limitada às pessoas ocupadas não mostrou o real aumento da desigualdade.

Por fim, Trovão e Dedecca (2024) analisaram a desigualdade econômica no Brasil (2012-2019), adotando uma metodologia amplamente utilizada na literatura internacional. Uma de suas contribuições foi combinar fontes distintas de dados, a saber: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF), por meio de dois métodos distintos: Interpolação de Pareto Generalizada (IPG) e Agregação pela Mínima Diferença (AMD). Os resultados demonstraram uma desigualdade econômica estrutural no país, com nível de concentração de renda corrente significativamente superior aos encontrados por estudos que usam pesquisas domiciliares como fontes exclusivas. Evidenciou-se, também, que a estrutura tributária brasileira contribuiu para perpetuar uma expressiva desigualdade patrimonial, consolidando, no topo da distribuição, um segmento da população cuja renda corrente mostrou-se inexpressiva para seu potencial de gasto.

Metodologia

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa apresenta característica mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. A abordagem quantitativa foi aplicada por meio da análise estatística de dados secundários da PNAD Contínua/SIDRA do IBGE, com foco em indicadores como o Índice de Gini, massa de rendimento domiciliar per capita e taxas de desocupação, permitindo mensurar padrões de desigualdade entre 2017 e 2023. Já a abordagem qualitativa baseou-se em revisão bibliográfica crítica, discutindo teorias sobre as raízes históricas da desigualdade (como as heranças coloniais e institucionais) e avaliando o papel de políticas públicas (ex.: Auxílio Emergencial) nos resultados observados. Essa combinação permitiu não apenas quantificar as disparidades, mas também contextualizá-las em relação a fatores socioeconômicos e políticos. (Paranhos *et al*, 2016).

Para alcançar o objetivo do estudo, este trabalho utilizou os dados agregados da PNAD Contínua, que são informações já processadas e sumarizadas pelo IBGE, na base SIDRA, organizadas em tabelas prontas para análise. Esta base de dados consiste em uma pesquisa por amostragem da população brasileira, que coleta dados mensalmente e trimestralmente e anual do mercado de trabalho, educação, habitação, tecnologia, dentre outros.

Com base nisso, foi realizado uma análise socioeconômica das regiões do Brasil dos anos de 2017 a 2023. Os indicadores analisados foram, taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, separada por sexo e faixa

etária, média de anos de estudo de pessoas com 15 anos ou mais e taxa de desocupação na semana de referência, das pessoas de 14 nos ou mais. Foi realizada também uma análise dos indicadores de desigualdade de renda, o índice de Gini, massa de rendimento *per capita* e o percentual de pessoas com rendimento na população residente - efetivamente recebido em todos os trabalhos para o período de 2017 a 2023.

Como variável de interesse, a pesquisa utilizou o índice de Gini (Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, a preços médios do ano), sendo esse um indicador relevante para medir a desigualdade de renda. O índice de Gini é uma das principais medidas de desigualdades utilizadas em estudos sobre distribuição da renda e foi proposta por Corrado Gini em 1912. Esse índice é calculado a partir da curva de Lorenz, que relaciona a proporção cumulativa da renda ou riqueza com a proporção cumulativa da população. Quanto mais a curva de Lorenz se afasta da linha de igualdade perfeita, maior é o valor do Índice de Gini, evidenciando uma maior desigualdade (Hoffmann, 1998).

O Índice de Gini considera os rendimentos dos domicílios ajustados pelos preços médios do ano em questão. O índice varia de 0 a 1, onde 0 representa igualdade perfeita e 1 indica extrema desigualdade perfeita, sendo calculado com base nos rendimentos por indivíduos nos domicílios, o que ajuda a compreender a distribuição de renda em áreas geográficas distintas (Lettieri; Paes, 2006).

Outro indicador utilizado a partir da PNAD Contínua foi a massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*. Resumidamente, esse indicador busca mostrar a soma dos rendimentos dos domicílios ajustados pela inflação, dividida pelo número de pessoas. Ela representa a média de renda disponível por pessoa, levando em conta a variação do poder de compra ao longo do tempo. Essa medida permite analisar a evolução e distribuição da renda em uma população, fornecendo *insights* sobre o padrão de vida das famílias.

Além disso, por meio da PNAD foi possível encontrar outra variável para analisar a desigualdade como o percentual de pessoas com rendimento na população residente - efetivamente recebido em todos os trabalhos (2017-2023). Esta variável leva em consideração todas as fontes de renda provenientes de diferentes trabalhos, incluindo salários, comissões, bonificações, gratificações e outros tipos de compensação financeira recebidos pelos indivíduos. É essencial para analisar a desigualdade de renda e avaliar a situação socioeconômica das pessoas em uma determinada região, permitindo identificar grupos com menor acesso a oportunidades de emprego ou com dificuldades financeiras.

Embora os métodos e indicadores empregados neste estudo sejam de grande relevância, é imprescindível reconhecer algumas limitações inerentes à abordagem adotada. A dependência dos dados da PNAD Contínua acarreta restrições metodológicas, como a possível sub-representação de determinados grupos populacionais, em especial aqueles que vivem em áreas de difícil acesso ou que pertencem a populações vulneráveis (IBGE, 2023). Além disso, por se tratar de informações declaradas, existe o risco de sub declarações ou omissões, particularmente no caso de rendimentos mais elevados ou provenientes do mercado informal (OECD, 2015; IPEA, 2023).

O índice de Gini, embora amplamente utilizado e reconhecido, constitui uma medida sintética que não capta desigualdades dentro de grupos ou variações regionais, tampouco considera aspectos qualitativos relacionados à renda, como o acesso a bens e serviços essenciais (Sen, 1997; Deininger; Squire, 1996). Já a massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, apesar de seu valor analítico, pode ocultar desigualdades internas, uma vez que uma média elevada não necessariamente reflete as condições vivenciadas pela maioria da população (Ravallion, 1997; World Bank, 2016). Por fim, o percentual de pessoas com rendimento não aborda de maneira adequada questões como a informalidade ou fontes de renda não declaradas, subestimando, assim, a real magnitude da desigualdade. Essas limitações ressaltam a importância de interpretar os resultados com cautela e de, sempre que possível, complementar a análise com dados provenientes de outras fontes ou abordagens qualitativas, de modo a enriquecer a compreensão sobre as dinâmicas da desigualdade.

Resultados e Discussão

Caracterização da desigualdade do Brasil segundo dados da PNAD/SIDRA

A caracterização socioeconômica de um país ajuda a entender os fatores que afetam a qualidade de vida das pessoas, como a distribuição de renda, oportunidades no mercado de trabalho e a disponibilidade de serviços essenciais. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, é uma das principais fontes de dados para analisar essas questões, mostrando as desigualdades e os efeitos de eventos sociais e econômicos em diferentes grupos.

Um dos principais indicadores no contexto da educação é a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, separada por sexo e faixa etária (Tabela 1). Essa taxa mostra a proporção de indivíduos que não conseguem ler e escrever em um idioma que conhecem. Desde agosto de 2022, novos métodos de coleta de dados começaram a ser usados, resultando em uma atualização dos dados históricos (IBGE, 2023).

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%).

REGIÕES	ANO				
	2017	2018	2019	2022	2023
Brasil	6,5	6,3	6,1	5,6	5,4
Norte	7,6	7,4	7,0	6,4	6,4
Nordeste	13,7	13,0	12,9	11,7	11,2
Sudeste	3,3	3,2	3,0	2,9	2,9
Sul	3,2	3,3	3,0	3,0	2,8
Centro-Oeste	4,8	4,9	4,4	4,0	3,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD (2024).

Ressalta-se que, a análise dos dados educacionais referentes aos anos de 2020 e 2021 não foram possíveis devido à suspensão temporária da divulgação do módulo de Educação da PNAD Contínua nesses anos. Conforme informado pelo IBGE (2023), devido à redução na taxa de aproveitamento da amostra, causada pela mudança na forma de coleta implementada emergencialmente durante o período de distanciamento social, a divulgação do suplemento foi suspensa em 2020 e 2021, retornando com os resultados para 2022. Essa decisão foi necessária para preservar a qualidade e a representatividade estatística das informações durante o período de pandemia da COVID-19, em que o levantamento presencial foi substituído por coletas remotas.

Entre 2017 e 2023, a taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos caiu de 6,5% para 5,4%. Apesar desse progresso, a desigualdade regional ainda é perceptível. A queda na taxa não foi constante, pelo contrário, foi lenta entre 2017 e 2019, mais acentuada entre 2019 e 2022, e desacelerou de novo entre 2022 e 2023.

Durante o período de 2017 a 2019, a redução foi de 0,4 ponto percentual. As políticas educacionais existentes, como o Programa Brasil Alfabetizado, contribuíram para essa queda, já O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) que estabeleceu 20 metas organizadas em quatro eixos principais: (1) universalização do acesso, com ampliação da educação infantil, ensino fundamental e médio; (2) melhoria da qualidade, incluindo alfabetização até o 3º ano e elevação do IDEB para 6,0; (3) redução de desigualdades, com educação integral em 50% das escolas públicas e inclusão educacional; e (4) valorização docente, com equiparação salarial e planos de carreira. A meta de investir 10% do PIB em educação não foi alcançada, atingindo apenas 6,8% em 2022 (INEP, 2024). O plano enfrentou desafios como desigualdades regionais e impactos da pandemia, resultando no não cumprimento integral de diversas metas, enfrentando problemas como falta de financiamento e integração entre estados e municípios (Brasil, 2019).

Entre 2019 e 2022, a taxa caiu de 6,1% para 5,6%, uma redução de 0,5 ponto percentual. Essa fase coincidiu com a pandemia da COVID-19, que trouxe desafios significativos para a educação, especialmente para a alfabetização de jovens e adultos. O fechamento de escolas e a transição para o ensino remoto prejudicaram a aprendizagem, especialmente para os alunos mais vulneráveis.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi especialmente afetada, já que muitos alunos vêm de classes sociais com dificuldades de acessar a internet e dispositivos para as aulas. Além disso, os alunos enfrentaram problemas

como excesso de trabalho e responsabilidades familiares, dificultando a continuidade dos estudos (Ferreira, 2022).

Após a pandemia, entre 2022 e 2023, a queda da taxa de analfabetismo foi mais lenta, reduzindo apenas 0,2 ponto percentual, de 5,6% em 2022 para 5,4% em 2023. Ressalta-se que, a taxa de analfabetismo é mais alta em grupos com acesso mais difícil à educação, como idosos, trabalhadores rurais e a população quilombola. Isso se deve a uma combinação de fatores, incluindo desigualdade social, história e políticas públicas. A alta taxa de analfabetismo em determinados grupos é um problema complexo que exige soluções abrangentes, incluindo ações para reduzir a desigualdade social, fortalecer a educação de qualidade e garantir o acesso à educação para todos.

Por exemplo, a taxa de analfabetismo entre a população quilombola é de 18,99%, muito acima da média nacional de 7,0%, conforme dados da Agência IBGE Notícias (2023). Além disso, a falta de investimento em políticas de alfabetização em algumas regiões, especialmente no Nordeste e no Norte, afetou a redução da taxa. O investimento no EJA, uma das formas de combater o analfabetismo, tiveram cortes (Jeduca, 2024). Isso mostra que é preciso aumentar os esforços e o investimento nas populações mais vulneráveis.

Analizando as regiões, em 2017, o Nordeste tinha a maior taxa de analfabetismo do país, com 13,7%. Em 2023, essa taxa caiu para 11,2%, uma redução de 2,5 pontos percentuais. Apesar disso, ainda é mais que o dobro da média nacional (5,4%) e muito mais alta que as regiões Sudeste (2,9%) e Sul (2,8%). Portanto, ainda há um longo caminho para melhorar a alfabetização na região. O Norte começou com uma taxa de 7,6% em 2017 e chegou a 6,4% em 2023, uma redução de 1,2 ponto percentual. A queda, embora positiva, foi mais lenta do que no Nordeste, e a região continua sendo a segunda com a maior taxa de analfabetismo do Brasil. Em 2023, a taxa no Norte foi equivalente à média nacional de 2018 (6,4%).

No Centro-Oeste, a taxa passou de 4,8% em 2017 para 3,7% em 2023, uma redução de 1,1 ponto percentual. Embora essa queda siga a tendência da média nacional, ainda fica acima dos números do Sudeste e do Sul, mostrando que a redução precisa ser mais rápida. Por outro lado, o Sudeste teve uma das menores taxas de analfabetismo, caindo de 3,3% em 2017 para 2,9% em 2023, uma queda de 0,4 ponto percentual. A região manteve índices abaixo da média nacional. A região Sul destacou-se como a que teve a menor taxa de analfabetismo, indo de 3,3% em 2017 para 2,8% em 2023, uma queda de 0,5 ponto percentual. Assim como o Sudeste, mostra um processo de estabilização com números baixos.

Para entender a taxa de analfabetismo, é fundamental olhar para a média de anos de estudo. Analisando a média de anos de estudo de pessoas com 15 anos ou mais, percebe-se como a educação no Brasil tem evoluído. De acordo com dados do IBGE, entre 2017 e 2023, houve um aumento na escolaridade tanto em nível nacional quanto regional. Nos últimos anos, o Brasil melhorou em termos de escolaridade. A média de anos de estudo aumentou de 9,5 para 10,1 anos nesse período. Esse aumento é um sinal positivo do acesso à educação formal, especialmente entre 2019 e 2022, quando o Brasil ultrapassou pela primeira vez a média de 10 anos de estudo por pessoa (Tabela 2).

Tabela 2 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade.

REGIÕES	ANO				
	2017	2018	2019	2022	2023
Brasil	9,5	9,7	9,8	10,1	10,1
Norte	9,0	9,2	9,3	9,7	9,7
Nordeste	8,3	8,5	8,7	8,9	9,1
Sudeste	10,2	10,3	10,4	10,7	10,7
Sul	9,8	9,9	10,1	10,3	10,3
Centro-Oeste	9,8	10,0	10,1	10,3	10,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD (2024).

Esse crescimento pode ser explicado em parte pelo aumento dos recursos públicos para a educação. Em 2022, o Brasil investiu R\$ 490 bilhões na educação pública, o que foi um aumento de 23% em relação a 2021. Esse avanço foi possível graças a mudanças no sistema de financiamento, como a reformulação do Fundeb, que trouxe mais recursos para as regiões que mais precisam. Também houve um aumento no investimento por aluno na educação básica, saindo de R\$ 8,3 mil em 2013 para R\$ 12,5 mil em 2023. Esse aumento de 50% mostra não somente mais verba, mas uma distribuição mais justa entre os municípios. Apesar dos progressos, o Brasil ainda

tem a missão de se aproximar dos padrões internacionais de investimento por aluno. Em 2020, o país investiu cerca de US\$ 3,5 mil por estudante, enquanto a média dos países da OCDE era de US\$ 10,9 mil. Na América Latina, o Brasil estava à frente do México, mas atrás da Argentina e do Chile (Neves, 2024).

Olhando para as grandes regiões do Brasil, todas mostraram um crescimento na média de anos de estudo, mas com ritmos diferentes. Na Região Norte, por exemplo, a média aumentou de 9,0 anos em 2017 para 9,2 em 2018 e chegou a 9,7 em 2022, mas ainda ficando atrás das outras regiões. O Nordeste também teve um avanço, subindo de 8,3 anos em 2017 para 9,1 em 2023. Embora ainda esteja abaixo da média nacional, o crescimento é positivo.

Por outro lado, a Região Sudeste, que sempre teve os melhores dados, manteve-se em patamares mais altos, com uma média de 10,7 anos em 2023. O Sul seguiu uma linha parecida, saltando de 9,8 anos em 2017 para 10,7 em 2023, dividindo agora a liderança em escolaridade com o Sudeste. A Região Centro-Oeste também viu um aumento, indo de 9,8 anos em 2017 para 10,6 em 2023. Esse desempenho coloca a região acima da média nacional, acompanhando os avanços do Sul e Sudeste.

No geral, os dados mostraram que a escolaridade no Brasil melhorou nos últimos anos, com um crescimento em todas as regiões. Mas ainda existem diferenças grandes, com o Norte e o Nordeste tendo índices mais baixos, enquanto o Sudeste, Sul e Centro-Oeste se destacam com melhores médias.

Complementando esta análise socioeconômica, tem-se a taxa de desocupação para pessoas de 14 anos ou mais (Tabela 3). Esta variável mostra a porcentagem de pessoas que estão procurando trabalho, mas não conseguem uma posição, seja no mercado formal ou informal. Os dados mostram que a taxa mudou bastante entre 2017 e 2023. Em 2017, era de 12,6%, mas caiu para 11,8% até 2019. Porém, em 2020 e 2021, subiu para 14% devido à crise provocada pela pandemia da COVID-19, que levou ao fechamento de várias empresas e aumentou a informalidade no trabalho (IBGE, 2023).

Desde 2022, a situação começou a melhorar, com a taxa caindo para 9,6% e chegando a 7,8% em 2023, a menor neste período. Essa queda aconteceu porque as atividades econômicas foram retomadas, setores que tinham fechado voltaram a funcionar, e algumas políticas públicas, como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), ajudaram bastante na manutenção dos empregos durante a crise (IBGE, 2023).

Tabela 3 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).

REGIÕES	ANO						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	12,6	12,2	11,8	13,8	14,0	9,6	7,8
Norte	12,0	12,4	11,8	12,1	13,5	9,9	7,7
Nordeste	14,8	14,6	14,2	17,3	18,2	13,0	11,0
Sudeste	13,4	12,8	12,3	14,3	14,5	9,5	7,5
Sul	8,4	7,8	7,6	8,8	8,0	5,6	4,7
Centro-Oeste	10,6	9,3	10,2	11,9	11,5	7,3	6,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD (2024).

Olhando para as regiões do Brasil, percebe-se diferenças na taxa de desemprego. O Nordeste, por exemplo, teve as maiores taxas, 14,8% em 2017 e aumentando para 18,2% em 2021, mas caiu para 11% em 2023. Isso pode ser explicado em parte pela falta de indústrias e pela dependência de setores mais vulneráveis como a agricultura e o turismo (IBGE, 2023). Em contraste, a região Sul sempre teve taxas mais baixas, indo de 8,4% em 2017 e chegando a 4,7% em 2023. Esse desempenho melhor se deve à sua economia diversificada, que inclui agropecuária, várias indústrias e serviços, especialmente turismo. Essa variedade, junto com o espírito empreendedor da região, ajudou muito.

A região Sudeste, onde estão os grandes centros financeiros e industriais, teve uma taxa média de desemprego, que caiu de 13,4% em 2017 para 7,5% em 2023. Apesar de ter tido um aumento na desocupação entre 2019 e 2021 devido à pandemia, a taxa caiu novamente a partir de 2021, mostrando recuperação no mercado de trabalho. Essa recuperação na região é semelhante ao que aconteceu no Brasil como um todo (Vendabemagora, 2023).

No geral, a taxa de desocupação no Brasil passou por altos e baixos, especialmente por causa da pandemia, que causou um aumento no desemprego em 2020 e 2021, seguido por uma melhora aos poucos nos anos seguintes.

Ainda observa desigualdades regionais, com o Nordeste tendo as maiores taxas de desemprego e o Sul tendo as menores. Esses números mostram as diferenças estruturais da economia brasileira e como algumas regiões são mais afetadas por crises. A redução observada em 2023 é um sinal de que o mercado de trabalho está melhorando, mas ainda enfrentando desafios, como a informalidade, desigualdade entre as regiões e a necessidade de mais qualificação para garantir um crescimento que beneficie a todos.

Análise dos indicadores da desigualdade de renda

Para avaliar o nível de desigualdade social no Brasil e nas grandes regiões, foram analisados os dados do Índice de Gini (rendimento domiciliar *per capita* a preços médios) no período de 2017 a 2023 (Tabela 4). Nesse período, o índice apresentou uma queda de aproximadamente 4%, ou 0,8% ao ano. Em 2017, o indicador era de 0,539, reduzindo-se para 0,518 em 2023.

Tabela 4 - Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*, a preços médios do ano.

REGIÕES	ANO						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	0,539	0,545	0,544	0,524	0,544	0,518	0,518
Norte	0,529	0,551	0,537	0,495	0,528	0,509	0,500
Nordeste	0,557	0,546	0,560	0,526	0,556	0,517	0,509
Sudeste	0,520	0,533	0,528	0,517	0,533	0,505	0,508
Sul	0,466	0,473	0,467	0,457	0,462	0,458	0,454
Centro-Oeste	0,521	0,513	0,506	0,496	0,514	0,493	0,498

Fonte: Elaboração própria com base nos dados PNAD Contínua (2024).

Ao analisar os dados, observa-se que a pandemia de Covid-19 não interrompeu a tendência de queda do Índice de Gini. Entre 2017 e 2019, período anterior à pandemia, os valores aumentaram, refletindo maior concentração de renda. No entanto, em 2020, houve uma redução de 0,544 em 2019 para 0,524, coincidindo com a intensificação da pandemia, declarada pela OMS neste ano.

A evolução do Índice de Gini a partir de 2020 foi positiva, considerando o contexto de pandemia e crise econômica, que resultou em uma queda de 3,3% no PIB brasileiro em 2020. Em 2021, o índice retornou ao valor de 2019 (0,544), mas em 2022 caiu para 0,518, o menor valor da série histórica da PNAD, iniciada em 2012.

A desigualdade de renda no país é observável regionalmente. Um exemplo evidente dessa disparidade pode ser observado ao analisar a diferença dos valores do índice de Gini entre a região Nordeste, com maiores índices a região Sul, com menores índices. Ao se tratar dos períodos pré-pandemia, no Nordeste, o índice variou de 0,557 em 2017, tendo uma pequena melhora em 2018, com 0,546, e voltando a subir novamente em 2019, com 0,556. Na região Sul do país, os índices variaram de 0,466 em 2017, tendo um aumento posterior em 2018, com 0,473, e voltando a cair novamente para 0,467 em 2019.

Entre o período da pandemia e o pós-pandemia, as diferenças regionais mantiveram sua nitidez. No Nordeste, o índice variou de 0,526 em 2020, em 2021 houve um aumento para 0,556. No entanto, o ano de 2022 apresentou o menor valor desde o início da série histórica da PNAD, com 0,517. Na região Sul, o índice em 2020, ano da pandemia, chegou a 0,457, logo em seguida 0,462 em 2021. Em 2022, o índice chegou a 0,458. Por fim em 2023, o índice de Gini no Brasil ficou em 0,518, igual ao ano anterior. Quando observa as regiões, nota-se pequenas mudanças. No Norte, caiu de 0,509 em 2022 para 0,500, indicando que a desigualdade está diminuindo. O Nordeste também teve uma leve queda, de 0,517 para 0,509. O Sudeste, por outro lado, subiu um pouco, passando de 0,505 para 0,508. No Sul, a redução foi pequena, com o índice caindo de 0,458 para 0,454. Por fim, no Centro-Oeste, houve um pequeno aumento, de 0,493 em 2022 para 0,498 em 2023. Em resumo, enquanto algumas regiões estão vendo a desigualdade diminuir, outras têm mostrado oscilações, refletindo as diferentes realidades do trabalho e das políticas sociais em cada lugar.

No ano de 2020, mesmo com a crise causada pela pandemia, que elevou o desemprego de 11,9% para 13,5%, houve uma diminuição da desigualdade medida pelo índice de Gini em todas as regiões do Brasil, com destaque para o Norte, com uma queda de 7,8%, e para o Nordeste, com uma queda de 6,1%. Essas regiões registraram uma proporção maior de domicílios beneficiados pelo auxílio emergencial, o que contribuiu para essa redução.

Para destacar a relevância dos auxílios durante a pandemia do Brasil, o IBGE estimou que o índice de Gini de 2020 estaria em 0,573 sem os benefícios de programas sociais. No entanto, graças ao gasto recorde com programas sociais pouco tempo após o início da pandemia, o índice apresentou uma expressiva queda para o valor de 0,524.

A persistência da pobreza no Nordeste, mesmo no século XXI, evidencia a distância entre essa região e o restante do país. Essa discrepância regional reflete as desigualdades históricas e estruturais que afetam diferentes áreas do Brasil. De acordo com Silva (2022) a desigualdade regional no Brasil é um reflexo das desigualdades históricas e estruturais, que exigem a implementação e o aprimoramento contínuo de políticas públicas eficazes para a promoção da equidade e a melhoria das condições de vida.

Para promover maior equidade, é essencial implementar políticas públicas eficazes que visem reduzir a desigualdade de renda e melhorar as condições de vida em todo o território nacional. Além disso, é fundamental aprimorar as políticas públicas existentes, que frequentemente necessitam de acompanhamento e atualizações.

Por exemplo, o programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, foi uma iniciativa significativa para combater a pobreza e a desigualdade social (Brasil, 2004). Este programa transfere recursos financeiros diretamente para famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução da pobreza extrema e a melhoria da qualidade de vida (Santos, 2018).

Outro exemplo foi o Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, em resposta à crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020). Este programa forneceu apoio financeiro para milhões de brasileiros que enfrentaram dificuldades devido ao aumento do desemprego e à redução da renda (Oliveira, 2021). A avaliação do impacto do Auxílio Emergencial mostrou uma redução significativa na desigualdade de renda durante o período de sua implementação (Silva, 2022).

Outro dado para verificar a concentração de renda da população é a Massa de Rendimento Mensal que representa os rendimentos recebidos por todas as pessoas ocupadas em um mês, levando em conta a variação do poder de compra ao longo do tempo, permitindo analisar a evolução e distribuição da renda (Tabela 5). A implementação do Auxílio Brasil e a recuperação do mercado de trabalho nos anos subsequentes à pandemia foram alguns dos fatores determinantes para a melhoria dos rendimentos da população brasileira.

Tabela 5 - Massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*.

REGIÕES	ANO						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	248.924	269.630	285.975	284.598	288.736	339.581	398.310
Norte	13.746	15.352	15.255	16.437	16.220	20.608	24.762
Nordeste	43.491	44.619	48.557	50.989	48.666	58.438	66.529
Sudeste	125.333	139.363	147.613	144.416	147.858	170.509	203.009
Sul	43.939	46.475	49.695	48.144	50.471	58.882	66.650
Centro-Oeste	22.416	23.821	24.837	24.612	25.521	31.145	37.360

Fonte: Elaboração própria com base nos dados PNAD Contínua (2024).

A região Norte e o Centro-Oeste registraram os menores valores de massa de rendimento mensal domiciliar *per capita*, com valores de R\$ 13.746 e R\$ 22.416 respectivamente, em 2017. Já em 2020, ano da pandemia, essas duas regiões obtiveram os valores de R\$ 16.437 e R\$ 24.612, respectivamente, ou seja, valores maiores que anos anteriores a pandemia, isso se dá ao fato de graças ao auxílio emergencial mais pessoas em situações vulneráveis passaram a obter mais renda, impactando diretamente na massa de rendimento. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste mantiveram os maiores rendimentos, especialmente o Sul, que acabou superando os valores somados de todas as outras regiões. Os valores encontrados foram de R\$ 125.333 para o Sudeste e R\$ 43.939 para o Sul em 2017. Em 2020, os valores encontrados foram de R\$ 144.416 e R\$ 48.144, respectivamente. Ambas as regiões vinham tendo um crescimento da massa de rendimento anos posteriores a 2017, porém as regiões que dependiam muito mais do setor industrial serviços, foram impactadas mais pela pandemia, além de serem regiões, onde obtém menos pessoas em situações vulneráveis, sendo assim, a nitidez de como a pandemia impactou de forma maior, e o auxílio emergencial não demonstrou tanta diferença.

Por fim, a região Nordeste apresentou os valores de R\$ 48.557 em 2019 e R\$ 50.989 em 2020. Seguindo a mesma lógica das regiões Norte e centro-oeste, onde a massa teve aumento durante a pandemia, pelos mesmos fatores citados anteriormente. Além disso, os números indicam uma disparidade regional significativa em relação

aos rendimentos da população, principalmente ao comparar a região Sudeste com as outras regiões, dado que a massa de rendimento do Sudeste ainda é superior à soma da massa de rendimento de todas as outras regiões juntas (Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Em contraste com os resultados obtidos em 2020, é possível notar que em 2022 os valores obtidos a partir da massa de rendimento mensal domiciliar *per capita* se mantiveram estáveis. De 2020 até 2022, a região Norte apresentou uma alta de 25,38% na massa de rendimento, enquanto o Nordeste registrou também um aumento de 14,61%. Na região Sul houve uma alta de 22,30% no indicador, porém a região Sudeste se manteve praticamente no mesmo patamar, oscilando positivamente em apenas 0,1% de 2020 a 2021, porém já em 2022 obteve um aumento de 15,32%. Em 2023, os rendimentos no Brasil mostraram uma boa recuperação. A renda total subiu para R\$ 398.310, que é o maior valor registrado até agora. No Norte, a renda chegou a R\$ 24.762, e no Nordeste foi para R\$ 66.529, superando o que era antes da pandemia. O Sudeste teve um aumento expressivo, alcançando R\$ 203.009, enquanto o Sul subiu para R\$ 66.650. O Centro-Oeste também viu um crescimento, atingindo R\$ 37.360.

A partir dos dados demonstrados na Tabela 5, foi possível observar que a concessão de recursos em Programas Assistenciais desempenhou um papel crucial nessa recuperação, uma vez que proporcionou um suporte financeiro adicional para as famílias em situação de vulnerabilidade. Essa iniciativa permitiu que essas famílias tivessem um aumento na renda disponível, o que contribuiu para o baixo impacto da crise sobre os rendimentos médios *per capita*.

Diferente da massa do rendimento mensal, que se concentra na soma total dos rendimentos, representando o valor agregado de todos os rendimentos mensais em uma determinada área ou grupo, o percentual de pessoas com rendimento na população residente destaca a proporção de indivíduos dentro da população residente que possuem algum tipo de renda efetivamente recebida através do trabalho (Tabela 6).

Tabela 6 - Percentual de pessoas com rendimento na população residente (%) -Efetivamente recebido em todos os trabalhos.

REGIÕES	ANO						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	43,15%	43,58%	44,30%	40,14%	41,15%	44,46%	46,01
Norte	38,09%	38,04%	38,80%	36,21%	37,21%	40,25%	41,15%
Nordeste	36,11%	36,33%	36,77%	32,25%	33,41%	36,79%	37,80%
Sudeste	46,26%	46,93%	47,81%	43,31%	44,11%	47,84%	49,71%
Sul	48,28%	48,62%	49,49%	46,03%	47,15%	49,23%	50,82%
Centro-Oeste	47,14%	47,76%	48,19%	44,09%	45,38%	48,75%	51,10%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados PNAD Contínua (2024).

Entre 2017 e 2023, o número de pessoas com rendimento no Brasil passou por algumas mudanças, mostrando como o mercado de trabalho foi afetado, especialmente com a pandemia da Covid-19 e as ações do governo sobre a renda. Em 2017, 43,15% da população tinha um rendimento, e isso subiu um pouco para 43,58% em 2018 e 44,30% em 2019. Mas, em 2020, com a crise da saúde e a parada de várias atividades, esse número reduziu para 40,14%, que foi a maior queda nesse período. Em 2021, observou-se uma recuperação, graças à reabertura da economia e à continuidade de programas como o Auxílio Emergencial. O percentual subiu para 41,15%. Nos anos seguintes, a recuperação foi mais rápida: em 2022, chegou a 44,46%, e em 2023, atingiu o maior número da história, com 46,01% da população recebendo algum tipo de rendimento do trabalho.

Ao observar as regiões, as diferenças são bem evidentes. Em 2023, o Centro-Oeste teve o maior percentual, com 51,10%, seguido pelo Sul (50,82%) e Sudeste (49,71%). Essas áreas, que são mais desenvolvidas, têm mais pessoas trabalhando formalmente, melhores infraestruturas e níveis de educação mais altos, o que ajuda na inclusão econômica. Por outro lado, o Norte e o Nordeste registraram os menores percentuais. O Norte chegou a 41,15%, enquanto o Nordeste ficou em 37,80%. Esses números mostram que ainda existem problemas estruturais, como muitos trabalhadores informais, pouco acesso à educação, poucas oportunidades de trabalho formal e mais vulnerabilidade nessas regiões.

O Nordeste variou de 36,11% em 2017 para 37,80% em 2023, com um crescimento lento. O Norte foi de 38,09% para 41,15%. Já o Centro-Oeste cresceu de 47,14% para 51,10%, o Sudeste de 46,26% para 49,71%, e o Sul de 48,28% para 50,82%. Esses dados mostram que, apesar da recuperação econômica do país, as

desigualdades regionais ainda estão fortes, e isso pede políticas públicas mais focadas. Assim, a alta no percentual de pessoas com rendimento entre 2017 e 2023 mostra um caminho positivo para a recuperação econômica pós-pandemia, mas ainda é preciso trabalhar para que todos tenham oportunidades iguais, especialmente nas regiões mais carentes.

Considerações finais

Essa pesquisa analisou como a desigualdade de renda no Brasil mudou entre 2017 a 2023, focando nos impactos da pandemia da Covid-19 e nas respostas do governo nesse período. Os dados mostraram que, apesar de ter havido alguns momentos de redução da desigualdade, principalmente quando os programas de ajuda financeira estavam mais ativos, a estrutura econômica do país ainda apresentou uma alta concentração de renda, com estas desigualdades sendo mais evidentes nas diferenças entre as regiões.

Os dados da PNAD Contínua/SIDRA mostraram que as regiões Norte e Nordeste continuaram tendo os piores números em relação à desigualdade de renda, analfabetismo, anos de estudo e acesso a empregos formais. Em contrapartida, o Sul, Sudeste e o Centro-Oeste tiveram um desempenho melhor e foram mais resistentes economicamente. Essa diferença revela desigualdades que têm raízes históricas no Brasil. As políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil, foram importantes para desacelerar a desigualdade em tempos de crise, mas não foram suficientes para fazer mudanças duradouras. A falta de continuidade dessas políticas e a ausência de um sistema forte de proteção social deixaram muitos brasileiros vulneráveis.

Os dados sobre o Índice de Gini, a renda domiciliar *per capita* e o número de pessoas com rendimento mostram que, mesmo com a recuperação econômica que começou em 2022, os avanços ainda são limitados e muito desiguais entre as regiões. Também ficou claro que a recuperação não trouxe mudanças significativas, porém destacou a importância de como políticas públicas voltadas a obtenção de renda para pessoas vulneráveis, tem um impacto, e ficou mais evidente na pandemia da Covid-19, e no mantimento do Auxílio Brasil, para as pessoas vulneráveis, que junto a recuperação econômica, ajudou no aumento da renda disponível para as pessoas. Em resumo, a redução da desigualdade de renda no Brasil precisa de mais do que ações temporárias. É necessário fortalecer políticas públicas que focam em redistribuir oportunidades, garantir acesso à educação de qualidade, valorizar empregos formais e promover o desenvolvimento em todas as regiões.

É crucial criar leis e programas que ofereçam igualdade de acesso a oportunidades para grupos marginalizados e vulneráveis, combatendo a exclusão social. Políticas públicas devem buscar democratizar o acesso a recursos e serviços essenciais para reduzir as desigualdades existentes. Dessa forma, é necessário um esforço contínuo para promover o desenvolvimento socioeconômico em todas as regiões, evitando a concentração de recursos e oportunidades em poucas áreas. Assim, a melhoria da infraestrutura e a otimização dos serviços públicos em todas as regiões são fundamentais para um desenvolvimento mais equilibrado e justo.

Essas políticas devem incluir monitoramento e avaliação constantes para identificar e corrigir desigualdades que podem passar despercebidas. A implementação de avaliações regulares e o foco nas competências-chave são essenciais para melhorar a eficácia dos programas. Por último, enfrentar a desigualdade de renda no Brasil é um desafio que vai além da economia, sendo uma questão de justiça social e de garantir direitos fundamentais. A solução desse problema precisa do empenho de todos os níveis de governo e da sociedade, visando construir um Brasil mais justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. S. P. D. (2019). Evolução da distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2017. (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

- Arrais, T. A. (2019). Desigualdade de renda, emprego público e transferências de renda no Brasil contemporâneo. *Mercator (Fortaleza)*, 18, e18008.
- Banco Mundial. (2021). Acesso a atividades escolares no Brasil durante a pandemia de Covid-19: evidências da PNAD COVID-19*. Brasília: Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/160861626479845378/pdf/Acesso-a-Atividades-Escolares-no-Brasil-durante-a-Pandemia-de-Covid-19-Evidencias-da-PNAD-COVID-19.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- Barros, R. P. D. O., Foguel, M. N. O., & Ulyssea, G. O. (2006). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, n. 1203).
- Barros, R. P. D., Henriques, R., & Mendonça, R. S. P. D. (2001). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Barros, R. et al. (2010). Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil (No. 1460). Texto para discussão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Bbc. (2011). Consumo das famílias cresce 7% em 2010, aponta IBGE. Disponível em:<<https://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/br/2011/03/consumo-das-familias-cresce-7.html#:%~:text=Economistas%20apontam%20as%20medidas%20para%20aumento%20da,dados%20do%20PIB%2C%20a%20despesa%20do%20consumo>>. Acesso em: out, 2024.
- Brasil. (2004). Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/leis/Lei%2010836.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.
- Cidacs. (2022). Fiocruz-Bahia. Novo índice aponta que desigualdades sociais em saúde no Brasil se aprofundaram na pandemia. Disponível em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/2022/06/30/novo-indice-aponta-que-desigualdades-sociais-em-saude-no-brasil-se-aprofundaram-na-pandemia>. Acesso em: 14 maio 2024.
- Deininger, K., & Squire, L. (1996). A new data set measuring income inequality. *The World Bank Economic Review*, 10(3), 565-591.
- Hoffmann, R. (1998). Distribuição de renda. *Medidas de Desigualdade e Pobreza*, Editora da Universidade de São Paulo.
- Hoffman, R. (2009). Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 67-88.
- Hoffmann, R. (2020). Desigualdade de renda no Brasil, 1995-2019: diversas distribuições e o impacto do desemprego. *RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 2, e020007-e020007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Produto Interno Bruto – PIB 2019*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32092-em-2019-pib-cresce-1-2-e-chega-a-r-7-4-trilhoes>. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-efecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Indicadores de condições de vida: saneamento básico e acesso à internet em 2023. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). Disparidades regionais: renda e desemprego no terceiro trimestre de 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2023/pnadc_202301_trimestre_caderno.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). *Desigualdade no Brasil: relatório de pesquisa*. Brasília: IPEA, 2019 - 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/12/221206_cc_57_nota_19_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

- Jeduca. (2024). Educação de Jovens e Adultos: evasão e queda de investimento são pontos de atenção na cobertura. 22 fev. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/educacao-de-jovens-e-adultos-evasao-e-queda-de-investimento-sao-pontos-de-atencao-na-cobertura>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- Lettieri, M., & Paes, N. L. (2006). Medidas de pobreza e desigualdade: uma análise teórica dos principais índices. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 2, p. 201-222.
- Ministério da Cidadania. (2022). Relatório de prestação de contas do auxílio emergencial. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- Neves, R. (2024). Gasto por aluno no Brasil sobe 50% em dez anos, mas é 1/3 da média da OCDE. UOL Educação, 13 nov. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/11/13/anuario-educacao-basica-2024-todos-pela-educacao-dados-financiamento-fundeb.htm>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- Oecd. (2015). *Understanding income inequality*. Paris: OECD. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- Oxfam Brasil. (2020). Pandemia de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/pandemia-de-coronavirus-reforca-desigualdades-da-populacao-mais-vulneravel>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- Paranhos, R. et al. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 384-411.
- Pereira, F. K. R., & Porto Junior, S. S. (2001). Desigualdade regional de renda no Brasil: análise e previsão. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 14, p. 29-52.
- Ravallion, M. (1997). *Good and bad inequality*. Washington, DC: World Bank. (Policy Research Working Paper, n. 3876).
- Santos, M. (2018). *Bolsa Família: avanços e desafios*. São Paulo: Editora Universitária.
- Sen, A. (1997). *On economic inequality*. Oxford: Clarendon Press.
- Silva, J. (2022). Avaliação do Auxílio Emergencial: uma análise da redução da desigualdade. *Economia e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 123-137.
- Soares, S. S. D. (2006). Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: IPEA.
- Souza, P. H. G. F. (2018). Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ipea.
- Trovão, C. J. B. M. (2020). A pandemia da Covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Trovão, C. J. B. M., & Dedecca, C. S. (2024). Desigualdade de renda no Brasil (2012-2019): uma abordagem com base na PNAD contínua e nas declarações do IRPF. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 28, p. e242813.
- USP. Universidade de São Paulo. (2016). *A economia brasileira em crise: uma análise da situação atual e perspectivas futuras*. Departamento de Economia. São Paulo: USP, 2016.
- Vendabemagora. (2023). O que você precisa saber sobre a economia da região Sudeste. Disponível em: <https://vendabemagora.com/mercado-financeiro/educacao-financeira/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-economia-da-regiao-sudeste>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- World Bank. (2016). *Poverty and shared prosperity*. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 27 jan. 2025.